

Eva Alterman Blay, *O Brasil como destino. Raízes da imigração judaica contemporânea para São Paulo*, Editora UNESP, 2010

YVETTE DOS SANTOS*

O livro de Eva Alterman Blay, intitulado *O Brasil como destino. Raízes da imigração judaica contemporânea para São Paulo*, publicado em 2010, tem como propósito abordar a história da imigração judaica dos países da Europa oriental para o Brasil. São Paulo foi privilegiada como local geográfico de trabalho dada a relevância da comunidade judaica nessa cidade, tanto a nível da sua representação física como ao nível do seu dinamismo político, socioeconómico e religioso. O período cronológico de estudo escolhido reverte para uma fase de intensa mobilidade internacional que marca o fim do século XIX, seguida de uma fase de diminuição dos fluxos no contexto de políticas restritivas à entrada de migrantes, de crise económica mundial e de depressão (anos 20 e 30 do século XX). Neste livro, a autora procura dar uma visão global e histórica dessa imigração, ao acompanhar as várias etapas, desde a saída até à instalação no país de destino.

Analisar as migrações a partir da comunidade judaica tem a particularidade de poder evidenciar os diferentes mecanismos que caracterizaram essa imigração realizada no âmbito das saídas por motivos económicos, de trabalho, e/ou por motivos políticos, de perseguição. A autora quis evidenciar os processos de reconstrução da comunidade judaica no Brasil, identificar as características da identidade judaica ao contemplar as suas várias facetas, assim como apreender as formas de transmissão dessa identidade entre as gerações dos que se instalaram no Brasil e dos que nasceram e cresceram no novo país.

Com a falta de estudos científicos abordando essa imigração (preocupações teóricas e científicas direcionadas para a definição

* Doutora em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. E-mail: yvettedossantos@gmail.com

de uma identidade brasileira; problema de categorização dos imigrantes), este livro resultou de um longo trabalho de investigação iniciado em 1980. Eva Alterman Blay privilegiou a realização de entrevistas e a consulta de fontes documentais guardadas pelos judeus como base para a compreensão da realidade imigratória judaica, colocando em segundo lugar o uso e o confronto com as fontes documentais produzidas por outros atores (como as institucionais). A socióloga explicou o procedimento de seleção dos entrevistados que envolveu uma equipa de investigadores judeus e não judeus para a identificação dos entrevistados. Dessa preparação, 92 pessoas foram selecionadas com perfis diversos: origem geográfica (18 países), data de nascimento, idade (mais de 60 anos), classe social, relação com a vida política e religiosa, nível cultural e educativo. Para além desses critérios, foi importante para a equipa entrevistar imigrantes que tinham conhecimento sobre quem tivesse chegado antes de 1890 ou nascido antes de 1900.

Em concreto, trata-se de recuperar a memória desses imigrantes e de dar uma perspetiva da história a partir dos sujeitos/indivíduos, que se reflete na obra pelo lugar ocupado pelos excertos de entrevistas. A autora dá voz aos imigrantes, trazendo um acompanhamento pontual, e talvez insuficiente, enquanto investigadora, para assegurar a contextualização (histórica e teórica) e para apontar nas características, nas similitudes e nas diferenças entre as trajetórias de vida.

A autora começa por situar no tempo as origens da presença judaica no Brasil (na Bahia e em Pernambuco), voltando ao século XV, à expulsão dos judeus da Península Ibérica. Mais tarde, nos séculos XVIII e XIX, e com a intensificação internacional dos movimentos migratórios, confirmou-se serem os países da Europa Oriental as principais zonas de saída dos judeus para o Brasil e para a Argentina. A cidade de São Paulo teria acolhido as primeiras famílias judaicas no início do século XIX e originários de França, dos EUA e de Inglaterra.

Foram depois identificados os traços organizativos políticos, socioeconómicos e religiosos da comunidade judaica no local de origem a partir da caracterização do *shtetl*, aldeia na qual a comunidade judaica possuía alguns direitos cívicos e alguma autonomia administrativa e religiosa, e na qual a sinagoga era o ponto de partida para o desenvolvimento das atividades da comunidade. A partir de três principais países com grande representatividade judaica e com número de imigrantes significativos para o Brasil - a Roménia, a Polónia e a Rússia -, evidenciou-se de

que forma a comunidade se organizou a nível social, em volta da sinagoga (a escola, a alimentação *casher*, o auxílio aos mais pobres) e a sua relação com o poder central.

A autora refere-se ainda ao processo de consciencialização política dos judeus ao sionismo e ao movimento operário através dos mecanismos e dos meios de circulação das ideias em salões de leitura, na imprensa comunitária ou pelos comunicadores ambulantes, mas também pelo contacto direto com a classe operária nas fábricas (nomeadamente aquando da industrialização da Rússia), pela participação dos judeus no movimento operário (em particular, na Rússia) e pela sua organização política (em 1897, o BUND – União Geral dos Operários Judeus da Rússia e da Polónia).

Além de caracterizar a dinâmica do *shtetl*, Eva Alterman Blay demonstrou até que ponto as condições de vida nessa aldeia, aliadas ao contexto nacional, foram fatores de repulsão e de incentivo à saída de judeus para o Brasil. Foram redundantemente referidas pelos entrevistados as condições políticas, económicas e sociais de sufoque e de sobrecarga de imposições cívicas e económicas (a fuga ao serviço militar obrigatório foi regularmente referida pelos inquiridos), impossibilitando o desempenho das atividades profissionais e económicas, nomeadamente aquando da instauração do nacionalismo económico que restringiu o acesso ao mercado de trabalho (Roménia), impedindo o acesso aos plenos direitos cívicos e a sua sobrevivência perante o antissemitismo e os usos da violência contra a comunidade, práticas que se generalizaram a partir do final do século XIX/início do século XX. A autora referiu-se em particular ao caso da Roménia e à atividade política antissemita do Partido Nacional Democrático, criado em 1910, e dos líderes Cuza e Iorga, que apelaram ao uso da violência contra a comunidade judaica, os famosos *pogroms* na Roménia, vividos de forma distinta segundo a classe social. Finalmente, outras dificuldades percorridas pela comunidade judaica foram evidenciadas, nomeadamente aquando do impacto das reconfiguração das fronteiras e da perda da Bessarábia e de Brichton depois da Grande Guerra, dando início ao sufoque da comunidade com a implantação de um sistema repressivo levando ao seu empobrecimento nos anos 1930 e 1940; a falta de apoio (local e internacional) para a defesa dos seus direitos (por exemplo, no final da Primeira Guerra Mundial); a reconfiguração das fronteiras da Roménia e da ausência de defesa internacional judaica eficaz.

Este contexto levou à saída forçada de judeus em condições muitas vezes difíceis. À semelhança de migrantes de outras

nacionalidades, as trajetórias migratórias utilizadas e apresentadas pela autora seguiram os mesmos padrões de outras migrações: a ida dos homens (solteiros ou casados) numa primeira fase para se instalar e assegurar a estabilidade profissional e social; as redes (familiares e de amigos) tecidas entre o local de origem e de destino foram determinantes para a escolha do país de acolhimento e como sustento financeiro para assegurar a viagem; os países transitórios percorridos (Áustria, Itália, Espanha, Portugal) e os países de acolhimento (como França, Palestina ou Argentina) até chegarem ao Brasil. Menos referidos foram as migrações dirigidas e organizadas por instituições como a ICA, a *Jewish Colonization Association*, que orientaram emigrantes para o setor da construção ou da agricultura no Brasil ou na Palestina. Por outro lado, teria sido interessante dar mais espaço à apresentação das práticas e dos mecanismos ilegais e clandestinos de saída dos judeus (como a utilização de falsas cartas de chamadas ou de falsos contratos de trabalho) para o período em análise, que foram pontualmente referidos em contexto de fuga ao nazismo nos anos 30 (entre outros, a corrupção ou a conversão obrigatória ao catolicismo para que seja concedido o visto brasileiro). Poder-se-ia ter alargado o campo de conhecimento e o confronto dos mecanismos ilegais utilizados em diferentes fases migratórias.

Uma vez chegados ao Brasil, os entrevistados depararam-se com uma diversidade de situação evidenciados pela socióloga. Destacou-se claramente o papel dos familiares e dos amigos, de maneira geral da comunidade judaica, para apoiar e acompanhar os primeiros passos dados pelos recém-chegados ao Brasil (documentação, transporte, primeiro alojamento e emprego). Um dos traços comuns desses novos imigrantes foi o de terem iniciado a sua vida profissional no setor do comércio ambulante (os chamados *clientelchick*, vendedores de móveis, de roupas, mais também de guarda-chuvas), até conseguirem abrir o seu próprio negócio. Embora sejam sobretudo referidos aos casos de sucesso, a autora evidenciou a dificuldade em conseguir informações sobre as dificuldades profissionais encontradas ou sobre casos de insucesso. Identificaram-se, finalmente, as razões pelas quais São Paulo se tornou uma cidade atrativa, cingindo-se às oportunidades profissionais e educacionais.

Além do apoio dado aos recém-chegados, a autora deu um lugar de destaque para a compreensão da extensão das estruturas de solidariedade organizadas dentro da comunidade judaica desde a chegada dos judeus no Brasil, de maneira a fazer um paralelo com

os traços organizativos do *shtetl*. Segundo a autora, estas estruturas serviram para reforçar os laços comunitários até serem abertas à população não judaica a partir dos anos 1950. Compreendeu-se que o apoio institucional contemplava a ajuda na inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, na disponibilização de serviços médicos, de creches, de escolas comunitárias e de locais de culto (como as sinagogas), assim como na realização de atividades culturais (como teatro). Além de assegurar a atividade religiosa, a construção de sinagogas (como a do Bom Retiro, em 1912) representava o ponto de junção da comunidade judaica e um local de convívio, uma vez que disponibilizou também um apoio educativo e médico. Foi dado como exemplo o trabalho desenvolvido pela EZRA, a Sociedade dos Amigos dos Pobres, criada em 1916 pela colaboração dos membros da comunidade mais influentes economicamente, assim como da OFIDAS, da Gota de Leite ou do Lar da Criança, consideradas instituições sociais de referência para ajudar. Nomeadamente, na receção de refugiados fugindo ao nazismo nos anos 30 e 40.

Segundo a autora, manter e fortalecer os laços comunitários a partir de uma estrutura organizacional social que já conheciam no país de origem constituía uma das prioridades dessa comunidade, devido às perseguições sofridas e porque era necessário perpetuar a comunidade judaica no estrangeiro para não se apagar. Se as estruturas de solidariedade contribuíram para tal, outras práticas deviam ser asseguradas, nomeadamente dentro do núcleo familiar. Nesse sentido, Eva Alterman Blay descortinou as práticas de conservação da tradição mediante o casamento intercomunitário, que era visto como um meio para estreitar o vínculo comunitário e reforçar as barreiras à extinção da comunidade judaica. Essa tradição verificou-se nos processos de escolha da esposa. A mulher tinha de ser escolhida dentro da classe social e do ramo religioso a que pertencia o futuro marido, dentro da comunidade instalada no Brasil ou no seu país de origem, de forma a garantir que ambos tivessem interesses e objetivos matrimoniais comuns (educação dos filhos, práticas religiosas, costumes alimentares).

Embora fosse confirmada a necessidade de manter as tradições judaicas como forma de sobrevivência da comunidade, as entrevistas evidenciaram as evoluções sociais e comportamentais dentro da comunidade, nomeadamente no papel reservado à mulher. Perante as dificuldades da integração social e profissional à chegada, as mulheres desempenharam um papel importante para assegurar o sustento financeiro da família, chegando algumas a criar pequenos ou grandes negócios (como de alta costura). Além

do seu contributo profissional e financeiro, as mulheres, oriundas de diferentes classes sociais, destacaram-se na construção das redes de solidariedade na cidade de São Paulo (como a Organização Feminista Israelita de Assistência Social ou na construção de hospitais). Finalmente, a educação das novas gerações era vista como um meio de valorização profissional na sociedade e no mercado de trabalho da comunidade judaica, mas cingiu-se sobretudo aos homens.

A compreensão da identidade judaica não se esgota na relação da comunidade com a religião e com o mundo do trabalho. A questão política também foi abordada e, mais uma vez, essa questão reflete a diversidade de situações e de atitudes perante os assuntos políticos, com continuidades e rupturas com as práticas no país de origem. A autora sublinhou a importância para judeus consciencializados e envolvidos no movimento operário e no Partido Comunista na defesa de um ideal socialista já presente na Europa que se transpôs além-mar. Identificou, por exemplo, as atividades políticas e de solidariedade social para com os operários (angariação de fundos, organização de colónias de férias para crianças, clubes juvenis, a criação do Centro Cultura e Progresso, da Escola Scholem Aleichem e do Instituto Cultural Israelita Brasileiro no Rio de Janeiro), assim como as ações de consciencialização política sob enquadramento do Partido Comunista. Dessas atividades também sobressaiu a perseguição política dos judeus no Brasil durante a presidência de Getúlio Vargas e no âmbito do Plano Cohen dos anos 30, que previa a luta contra o comunismo e que levou à prisão de judeus, à negação da nacionalidade brasileira, ao uso de torturas e/ou de deportações. Além desse envolvimento político, as entrevistas evidenciaram a participação política feminina, dentro do quadro governamental brasileiro vigente, devido à experiência adquirida no apoio social e nas estruturas de solidariedade (como a Federação das Obras do Município de São Paulo).

Finalmente, Eva Alterman Blay procurou fazer a ligação entre o que define a identidade judaica e o sentimento de pertença ao judaísmo. A partir da perspectiva do sociólogo Barth, para quem a identidade não se cinge a uma simples “inventariação cultural”, confirmou-se a ausência de padrões claros e simples para a compreensão dessa identidade e do sentimento de pertença a ela, necessitando, nesse sentido, a adoção de uma abordagem alargada e multifacetada/diversificada, com o entendimento dos vários fatores associados à sua definição. Foram, por exemplo, apontados no

contexto histórico em que as migrações judaicas se inscreveram, assim como o contexto político, econômico e social do local de origem e de destino. A perseguição ou a perda da nacionalidade de origem foram também considerados fatores que facilitaram ou dificultaram a aproximação ao judaísmo. Por outro lado, foram questionados a religiosidade, o peso da tradição, o conhecimento das línguas (ídiche e hebraico) e a relação com a educação enquanto indicadores fiáveis para consolidar a pertença ao judaísmo. A diversidade dos casos confirmou uma apropriação subjetiva das práticas religiosas, podendo levar ao afastamento do judaísmo, embora fosse verificado a conservação, na generalidade dos casos, dos principais rituais religiosos. Finalmente, não deixa de ser interessante de ver como a ligação à vida política podia ou não estreitar a pertença ao judaísmo. Mais uma vez, a autora realçou, através das entrevistas, a diversidade de situações e as contradições quando se apreende o sentimento de pertença ao judaísmo. Essa diversidade está associada à receptividade e aos meios de absorção dessa identidade segundo o indivíduo, o que nos afasta de um padrão rígido que permite determinar com clareza a identidade judaica e o sentimento de pertença.

Abordar a história da imigração judaica, tal como o fez Eva Alterman Blay, permite apreender a multiplicidade das trajetórias de vida a partir dos que a viveram diretamente. Essa perspectiva revelou as singularidades dessa imigração, mas a leitura da obra leva-nos a questionar as similitudes e as diferenças com histórias de vida de outros imigrantes, assim como o peso da sociedade de acolhimento na relação inter e extracomunitária de forma a perceber se o caso judaico é único ou não. Qual foi o peso da sociedade de acolhimento e das políticas públicas de receção e de integração dos imigrantes na organização da comunidade? Até que ponto a reconstrução dos traços organizativos da comunidade judaica no país de destino não foi similar às restantes comunidades de outras nacionalidades? Uma maior contextualização dessas políticas e dos seus impactos, em diferentes regimes políticos durante o período de estudo – não se cingindo ao período ditatorial brasileiro mas também abrangendo o período democrático –, e uma comparação com os processos de integração de outras comunidades, facilitaria o entendimento dos processos de organização da comunidade, assim como uma maior identificação dos fatores internos e externos de fechamento/abertura da comunidade à sociedade de acolhimento.

